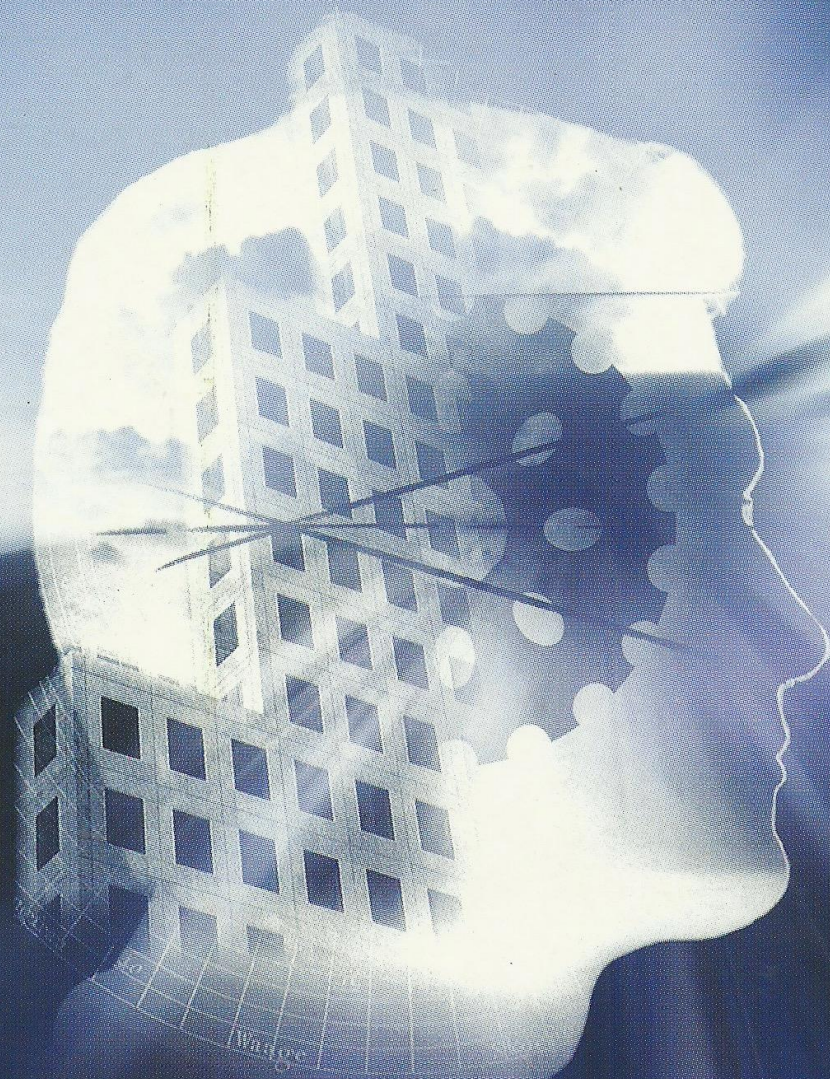


Olhares sobre a Europa

Actas do Seminário Internacional



Maria Manuela Tavares Ribeiro
(coord.)

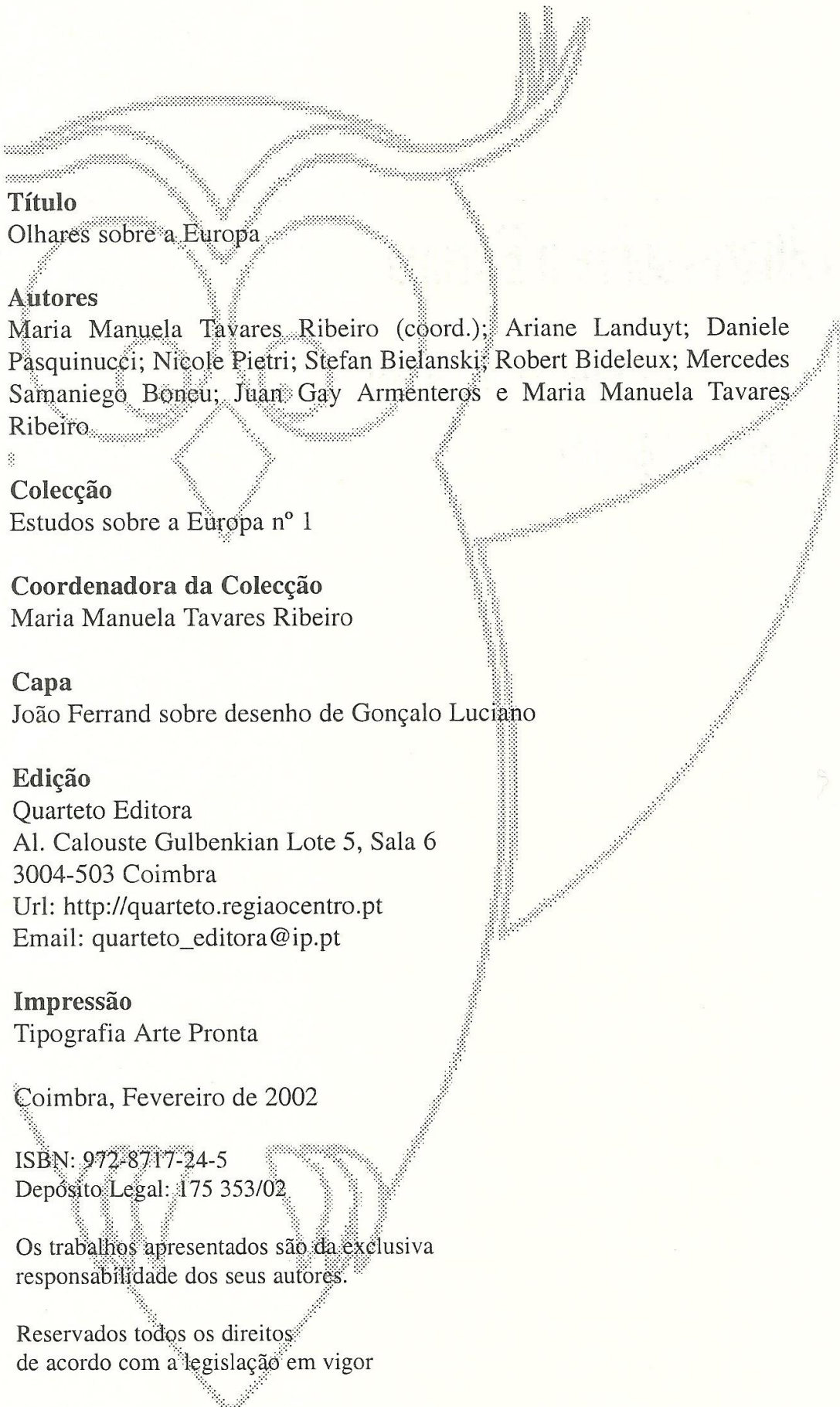


Olhares sobre a Europa

Actas do Seminário Internacional

18 de Abril de 2001





Título

Olhares sobre a Europa

Autores

Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.); Ariane Landuyt; Daniele Pasquinucci; Nicole Pietri; Stefan Bielanski; Robert Bideleux; Mercedes Samaniego Boneu; Juan Gay Armenteros e Maria Manuela Tavares Ribeiro.

Colecção

Estudos sobre a Europa nº 1

Coordenadora da Colecção

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Capa

João Ferrand sobre desenho de Gonçalo Luciano

Edição

Quarteto Editora

Al. Calouste Gulbenkian Lote 5, Sala 6

3004-503 Coimbra

Url: <http://quarteto.regiaoocentro.pt>

Email: quarteto_editora@ip.pt

Impressão

Tipografia Arte Pronta

Coimbra, Fevereiro de 2002

ISBN: 972-8717-24-5

Depósito Legal: 175 353/02

Os trabalhos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Olhares sobre a Europa

Actas do Seminário Internacional
18 de Abril de 2001

Maria Manuela Tavares Ribeiro

(coord.)



2002

Título

Olhares sobre a Europa

Autoria

Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), António Landry, Daniel
Pereira Lopes, Nuno Pedro, Stefan Bielanski, Robert Bickauer, Mercedes
Espingosa, Pedro, João Carlos Gonçalves e Maria (capa de Tavares)

N.º de

Coleção

Famílias sobre a Europa

Coordenador da Coleção

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Capa

João Ferrand sobre desenho de Gonçalo Luzia

Edição

Quarta Edição

Alameda da Universidade, Lote 5, sala 6

3004-503 Coimbra

Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.)

ISBN 978-989-961-311-2

(coord.)

Impressão

Tipografia Arte Nova

Coimbra, Fevereiro de 2005

ISBN 978-989-961-311-2

Deposito legal 2005/0002

Este livro foi apresentado na 1.ª edição

no âmbito do projeto de investigação

Patrocinaram este Seminário:

Comissão Europeia

Reitoria da Universidade de Coimbra

Gabinete de Relações Internacionais da U.C.

CEIS20

2005

Índice

Maria Manuela Tavares Ribeiro <i>Introdução</i>	7
Ariane Landuyt <i>La dimension sociale dans le processus de construction européenne: Bilan et Perspectives</i>	11
Daniele Pasquinucci <i>Les groupes parlementaires au Parlement Européen et la politique sociale de L'Union Européenne</i>	23
Nicole Pietri <i>Les difficultés présentes de l'élargissement de l'Union Européenne à l'Est</i>	35
Stefan Bielanski <i>La posizione ufficiale della Polonia nei confronti del Trattato di Nizza</i>	51
Robert Bideleux <i>The United Kingdom and European Unification</i>	61
Mercedes Samaniego Boneu <i>Pensar desde España, la nueva Europa</i>	81
Juan Gay Armenteros <i>Los desafíos de la Europa del Sur: En torno a los problemas del Mediterráneo</i>	93
Maria Manuela Tavares Ribeiro <i>Portugal e o Novo Desafio Europeu</i>	113

Maria Manuela Tavares Ribeiro é Professora da Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra. É Vice-Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Coordenadora do Programa Sócrates e Coordenadora local do *Master in European Studies* "O processo da construção europeia".

É autora, entre outros, dos seguintes trabalhos: "Le Portugal et le nouveau défi de l'Europe", in *Europe: Fédération ou Nations*, Paris, Sedes, 1999, dir. de Ariane Landuyt; "Il Portogallo in Europa (1945-1986)", in *I movimenti per l'unità europea (1970-1986)*, a cura di Ariane Landuyt e Daniela Preda, t. 1, Bologna, Il Mulino, 2000; "Cultura e scuola nella storia della idea e dello sviluppo dell'integrazione europea", in *Cultura, Religione, Scuola*, Milano, Franco Angeli, 2000.

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Portugal e o Novo Desafio Europeu

de castelhanos, ao intercâmbio de ideias universitárias, à expansão ultramarina, aos projetos de evangelização, à guerra de Restauração. Portugal teve um papel importante criado "pelo cultural e civilizador para a Europa nesses séculos". Na época dos Descobrimentos, Portugal estava na vanguarda do mundo europeu, proporcionou o encontro de culturas, de línguas, de costumes, de práticas diferentes. Mas a grande oportunidade significou também um afastamento nacional em relação à Europa. Portugal voltou-se então para o mar.

A sua localização geográfica em relação ao continente não chegou porém, a ligá-lo à Europa que se mantinha com o seu "centro geográfico" e "com grande medo de perder". A partir desta, o conhecimento de novos métodos trazidos pela rotulação geográfica das Descobertas alimentou utopias, e não poucas vezes, algumas delas anti-europeias, mas ajudou também a consolidação e renovação de ideias de Europa. Liberalismo e cientismo, correntes que no tempo das Descobertas se consolidaram, como aliás, o humanismo, reforçando o valor próprio da Europa, isto é, independentemente da Cristandade. Como se sabe, o humanismo foi "avivado" por um lado, ao cosmopolitismo e, por outro lado, alimentou o sentimento patriótico, e, mas enquanto movimento internacional estimulou a consolidação de ideias de Europa. Assim, portanto, não houve, portanto, no período de expansão, uma atitude anti-europeia.

Com os seus ideais, símbolos nacionais, foram também referências de cultura europeia. A figuração de uma Europa geográfica, cultural e religiosa, ajudando com um crescente fatalismo sentido no século posterior pelos séculos XVI, XVII e XVIII. A ideia da superioridade da Europa europeia, se explicita no texto seiscentista de Sousa de Castanheda que se refere então "a melhor parte da Orbe conhecida por Portugal". Inegavelmente esta que passou todo o século XVIII já que os Portugueses foram a Europa como a mais honra das quatro partes do mundo. A verdade é que poderíamos falar de novo projetos de D. João V e dos seus diplomatas Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Pereira em relação ao movimento político do ministro D. Luís de Cunha. Honras como Luís António Verney na sua obra *Verdadeiro Método* e Universidade de Coimbra Serches e o seu livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, ou Manuel

O Reino de Portugal manteve, desde as suas origens, um constante intercâmbio político-cultural com a Europa. Da Reconquista Cristã às transacções comerciais e culturais dos séculos XIII, XIV e XV, à política de casamentos, ao intercâmbio de alunos universitários, à expansão ultramarina, aos projectos de evangelização, à guerra da Restauração, Portugal teve um lugar importante como "ponte cultural e civilizacional entre a Europa e outros continentes". Na época dos Descobrimentos, Portugal estava na vanguarda do espírito europeu. Propiciou-se o encontro de culturas, de civilizações, de mentalidades, de práticas diferentes. Mas a gesta expansionista significou também um afastamento nacional em relação à Europa. Portugal voltou-se então para o mar.

A sua marginalização geográfica em relação ao continente não apagou, porém, a ligação latente que se manteve com o seu "centro geográfico" e com o seu "centro de poder". Com efeito, o conhecimento de novos mundos trazidos pela revolução geográfica das Descobertas alimentou utopias, gerou concepções outras, algumas delas anti-europeístas, mas ajudou também a consolidar a construção da ideia de Europa. Laicismo e cientismo, correntes que ao tempo das Descobertas se consolidaram, como, aliás, o humanismo, reforçaram o valor próprio da Europa, isto é, independentemente da Cristandade. Como se sabe, o humanismo foi favorável, por um lado, ao cosmopolitismo e, por outro lado, alimentou o sentimento patriótico, mas enquanto movimento internacional estimulou a consolidação da ideia de Europa. Assumidamente, não houve, portanto, no período da expansão, uma atitude anti-europeia.

Camões e os *Lusíadas*, símbolos nacionais, foram também referentes da cultura europeia. A figuração de uma Europa geográfica, cultural e religiosa, articulada com um constante e enraizado sentimento nacional, perdurou pelos séculos XVI, XVII e XVIII. A ideia da superioridade da Europa encontramos-la explícita no texto seiscentista de Sousa de Macedo que a refere como "a melhor parte da Orbe coroada por Portugal". Imagem esta que povoa todo o século XVIII já que os Portugueses viam a Europa como a mais ilustre das quatro partes do mundo. A verdade é que poderíamos falar da visão europeia de D. João V e dos seus diplomatas Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Fortes ou até mesmo do testamento político do ministro D. Luís da Cunha. Homens como Luís António Verney e a sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*, ou Ribeiro Sanches e o seu livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, ou Manuel

Gomes de Lima Bezerra em *Os Estrangeiros no Lima*, ou mulheres como a Marquesa de Alorna legaram-nos igualmente uma visão europeia.

E se no século XVIII Portugal teve outras condições de intervenção, envolvido que esteve em conflitos europeus, que cimentaram a sua consciência europeia, também é importante sublinhar que no século XIX essa consciência europeia perdeu e, mais, revivificou-se. Quando D. João VI embarcou para o Brasil, em 1807, não foram indiferentes os governantes portugueses à correlação de forças europeias. Também Almeida Garrett, na sua obra *Portugal na Balança da Europa*, de 1830, equaciona a situação político-cultural portuguesa e considera "como primeira a nossa Europa"¹. De igual modo, muitos exilados liberais das primeiras décadas do século XIX testemunharam em cartas, em memórias, em relatos de viagem, na poesia ou no romance, a sua vivência na Europa civilizada e a necessidade imperiosa de Portugal acertar o passo no sentido do progresso. Fala-se do equilíbrio europeu na obra de Solano Constâncio; idealiza-se um Congresso das potências europeias no projecto de José Máximo Pinto da Fonseca Rangel; e Vicente Ferrer Neto de Paiva, professor de Direito Público na Universidade de Coimbra, define e projecta organicamente a consolidação da paz universal a partir de uma associação europeia².

As polémicas político-culturais do século XIX, a Questão Coimbrã (1865), as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), entre outras, denunciam a vontade e a urgente necessidade de assimilar o "espírito moderno" que animava a Europa, ou seja, segundo as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de Quental, assimilar "a ideia de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas novas...". É também neste sentido que Antero de Quental se exprime quando pronuncia em 1871 a sua conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* e nela acentua que é preciso "ligar Portugal com o movimento moderno", insistindo também em "procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa".

A Europa, espaço geográfico, cultural, religioso, mas também psicológico e social. Se para alguns autores a Europa é vista como um Ente Moral, isto é, uma grande Família, tal como a define Faustino José da Madre de Deus, ela é, para outros, mais do que um Ente Moral, o mesmo é

¹ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, 1830.

² Martim de Albuquerque, "Portugal e a Consciência da Europa", *Oceanos*, nº 16, Dezembro, Lisboa, 1993, pp. 13-23.

dizer que a Europa é um corpo com alma. "Um grande corpo simbólico - escreve Eça de Queirós, nas *Notas Contemporâneas* - em que cada pátria é uma forte qualidade física ou uma ambição inteligente da alma... e em que Portugal é a vigorosa acção vital, o movimento espontâneo, a decisão violenta do sangue."

A esta luz, a Europa personifica-se, corporiza-se. Dito por outras palavras, dá-se-lhe força anímica. Nesta perspectiva, Oliveira Martins explana como é o espírito que explica e fundamenta a própria civilização europeia. Se os demoliberais, socialistas e republicanos, entre outros, José Félix Henriques Nogueira, Antero de Quental, Sebastião de Magalhães Lima propalaram a Federação dos Povos e a formação dos Estados Unidos Europa outros foram, como os modernistas, que melhor as caracterizam. O rosto da Europa era, segundo a expressão de Fernando Pessoa, Portugal, Portugal que fita o Ocidente, que olha com nostalgia o mar, "o imaginário complementar da unidade ontológica portuguesa"³.

A verdade é que Portugal se debatia, nos fins de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, com esta questão verdadeiramente crucial: como conciliar a prossecução da construção de uma sociedade multirracional e multicultural, ou seja, a aceitação e integração de outros povos e de outras culturas com a absoluta superioridade europeia? Ganha sentido a afirmação de Eduardo Lourenço: "Ao fim de quatro séculos de vida extra-europeia não voltámos os mesmos." Dito por outras palavras, Europeus da primeira hora, os Portugueses eram igualmente "inter-continentais" já que a nossa língua e a nossa cultura criaram raízes na África, no Brasil, no Oriente. O mesmo é dizer que há, pois, "muita memória em nós portugueses além da multissecular de europeus"⁴.

Mas que país europeu foi só e exclusivamente europeu? Alguma vez a Europa foi só Europa?⁵.

³ Artur Anselmo, "Visão da Europa na Literatura Portuguesa", *Cadernos Europeus*, Lisboa, IDL, 1986, pp. 21-29 e Fernando Manuel Cortes Lisboa de Oliveira, "A Cultura Portuguesa face à Europa", *Democracia e Liberdade*, nº 20, Lisboa, 1981, pp. 121-142.

⁴ Eduardo Lourenço, "Portugal: entre a realidade e o sonho", *Oceanos*, nº 16, Lisboa, 1993, p.11.

⁵ Jorge Borges de Macedo, "Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia", *Democracia e Liberdade*, nº 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, pp. 11-24.

Portugal entre a Europa e o Atlântico

As sequelas das duas Guerras Mundiais significaram na consciência dos povos europeus a decadência do nacionalismo expansionista e a superação de formulações coloniais como consequência, por um lado, das hegemónias americana e russa do pós-guerra e, por outro lado, do desejo de independência dos povos colonizados. Assim, também o regresso à ideia de uma unidade europeia se impunha como algo que transcendia uma vivência meramente nacional. Isto significa que a Europa aparecia como resposta possível aos antagonismos e dificuldades com que se deparavam os países do continente entre blocos que se confrontavam. Mas aparecia também como antídoto a uma certa sensação de angústia, ou seja, a uma psicose do mundo moderno. Psicose que encontrava a sua causa mais próxima numa sensação de isolamento que não excluía a possibilidade de a Europa se transformar num palco de digladição de interesses alheios.

Atento ao movimento e às mudanças do cenário internacional, Portugal, país pequeno e periférico, o mais ocidental da Europa, fechou-se, ou seja, segundo as palavras de Eduardo Lourenço, "encerrou-se num solilóquio onde a referência ao outro, mesmo frontal, foi perdendo pouco a pouco o mínimo de credibilidade e também de utilidade." De facto, no quadro político, operou-se um distanciamento que foi ganhando uma mais forte e profunda consolidação a nível ideológico. Entende-se, assim, que de 1936 a 1939, se radicalizasse, em clara sintonia com os ventos antidemocráticos que varriam a Europa, uma geração nova que comungava de um ideário totalitário. E a mesma conjuntura explica a força do nacionalismo autoritário, filosofia política fundamentadora do pensamento de António de Oliveira Salazar e do regime do Estado Novo, regime este legitimado pela Constituição de 1933, tendo claramente assumido directrizes nacionalistas, corporativistas, autoritárias, imperialistas, anti-comunistas e anti-socialistas. Por isso, perante as convulsões europeias, Salazar e os salazaristas revelam uma ideologia fundamentada na formação de estados fortes, na importância de um "internacionalismo autoritário" revestido de um antidemocratismo sistemático. Desta forma, se a barreira levantada por Hitler ao avanço comunista tinha ruído, outra devia erguer-se contra a Rússia comunista, a "anti-Europa", na expressão de Gonzague de Reynold, autor de *L'Europe tragique*.

Dir-se-ia que Salazar e os salazaristas receavam mais o comunismo do que o "perigo das democracias". No entanto, o avanço de uma Europa

comunitária, democrática, suscitava também ao regime salazarista e aos seus ideólogos sérias reservas. É importante sublinhar que na sua concepção a Europa "não significava propriamente um continente, nem uma estrutura económica e muito menos uma estrutura política supra-nacional, mas engloba uma dimensão mais geral, ou seja, é sinónimo de Ocidente". Esse Ocidente em crise, recuperável, todavia, pela construção de uma "Nova Europa", erigida segundo os valores tradicionais renovados. É neste contexto que João Ameal publica, em 1938, a sua obra *Construção do Novo Estado* e, em 1945, *A Europa e os seus fantasmas* e que Eduardo Freitas da Costa divulga o seu *Testamento da Europa* (1942). Numa perspectiva católica, a ideia é defendida por Silva Dias em *O Problema da Europa*, em 1945, contrapondo-a à visão mais democrática de Abel Salazar, autor de *A Crise da Europa*, datada de 1942.

Se não restam dúvidas que uma abertura à Europa, em larga medida determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar, também é verdade que este estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia. Em termos concretos, Portugal não acompanhou como elemento integrador o movimento intelectual que lançou os fundamentos teóricos da Comunidade Europeia. Mas esse nacionalismo ideológico salazarista relativamente à não integração política europeia não era incompatível com uma certa liberalização económica. Quero com isto dizer que Salazar tomava uma atitude mais pragmática ao admitir as vantagens, sobretudo financeiras, da presença portuguesa em organizações europeias sem que esse acto significasse, no entanto, qualquer compromisso político. Não espanta. É que a questão financeira colocou-se, como bem se sabe, de forma insistente a Salazar, já Ministro das Finanças, em 1928. O que explica que Salazar se tivesse preocupado com o reequilíbrio económico português à luz de um plano que visava umas "finanças sãs". À luz destas intenções, ganha sentido este epíteto atribuído a Salazar, em Abril de 1948: *Um grande Português e um grande Europeu: Salazar*. A evocação aparece como reavivamento do nacionalismo e o reconhecimento do europeísmo salazarista. Tudo se mobilizava, no entanto, para colaborar o mínimo possível à escala europeia, o que permitiria salvar o país das "ideias falsas e palavras vãs", como anunciara Salazar no seu discurso de 23 de Fevereiro de 1946.

Se levarmos em conta o que atrás foi dito, verifica-se que a concepção europeísta de Salazar advém da sua conformidade com um plano estratégico. Deste modo, ganha sentido o alinhamento com a NATO, em 1949. Não

deixa de ser igualmente significativo que se detecte uma persistente visão atlântica na política externa portuguesa. Deste modo, Portugal não podia desligar-se do Atlântico como não precisava de deixar de ser europeu. Todavia, como acrescenta Salazar no mesmo discurso de 1946, "o que damos é mais largo sentido ao Ocidente"⁶. Para o provar, analise-se o significado da Europa enquanto centro nevrálgico do mundo, mas sempre clara e militantemente assumida na perspectiva de uma Europa alargada - uma Europa atlântica. Naturalmente, uma concepção euro-americana e euro-africana e não uma Europa continental, comunitária, federalista⁷.

É certo que Portugal está na Sociedade das Nações criada em 1920, integra a ONU dez anos depois da sua formação (1955), mas não viu com bons olhos a constituição do Benelux, em 1947, com a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, o Conselho da Europa, formado em 1949, e o Tratado de Roma, assinado em 1957. Isto explica que a Europa dos Seis (Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), primeira organização efectiva de uma Europa centro-ocidental, tenha sido alvo de críticas no discurso de Salazar proferido na Emissora Nacional em 1 de Novembro de 1957.

Não deixa de ser sintomático que a liberalização comercial na Europa e em Portugal, dos anos 40 à década de 60, tenha permitido aos produtores portugueses penetrar nos mercados e entrar no sistema concorrencial europeu. Não se pode esquecer, assim, que Portugal tenha participado na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), criada em 1948. Não admira ainda que Portugal se mostrasse interessado na adesão à Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). A estes compromissos de aproximação de Portugal à Europa, no plano económico, soma-se também o momento em que é criada a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e se verifica a adesão portuguesa em 1960, bem como a sua integração como membro da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico). De tudo isto ressalta uma certa flexibilidade em relação a futuras ligações de Portugal às Comunidades Europeias, comprovada, aliás, nas aspirações transmitidas em carta de 18 de Maio de 1968,

⁶ António de Oliveira Salazar, *Discursos*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p.213.

⁷ *Idem*, pp. 211-212. Veja-se Luís Reis Torgal, "Salazarismo, Fascismo e Europa", *Vértice*, nº 52, Lisboa, Janeiro-Fevereiro, 1993, pp.43-50.

entregue na sede comunitária pelo embaixador português José Calvet de Magalhães⁸.

É um facto que tentativas houve no sentido de criar um espaço económico que inserisse Portugal e as colónias, projecto aliás já acalentado nos fins do século XIX. Com o começo da guerra colonial, em 1961, a verdade é que a África não podia ser uma alternativa em termos económicos para Portugal perante a Europa. E se na década de 60 Portugal sofreu as sequelas da guerra do Ultramar, foi então que se ergueram os fochos da vanguarda estudantil, em 1962 e 1969; se registaram também fortes movimentos de emigração para os países europeus; se operou a transição do poder de Salazar para Marcelo Caetano, e foi ainda o momento em que se desenvolveu aceleradamente o processo de ruptura do regime político que culminou, como se sabe, com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.

Também a fase preparatória do pedido de adesão de Portugal à CEE, a apresentar em Fevereiro de 1963, é adiada para 1970, ou seja, após a conferência de Haia de 1969 e depois da integração da Grã-Bretanha. Apesar de não estarem ainda reunidas as condições necessárias para uma efectiva integração de Portugal nas Comunidades Europeias, numa Europa democrática, preconizava-se, todavia, um desejável acordo económico. Ora, foi com este mesmo propósito que se procurou fazer as negociações que ocuparam o ano de 1971. Estas culminaram, por fim, com o acordo comercial de Bruxelas celebrado em 22 de Julho de 1972. Este acto deve ser visto, é importante notar, como síndrome de aproximação de Portugal à Europa. É que, num momento difícil da vida portuguesa, procurava-se auferir, muito concretamente, as possíveis e desejáveis e necessárias vantagens económicas. Por outro lado, é de presumir que dos temores de Salazar comungavam outros estadistas que se manifestavam explicitamente críticos. Veja-se, por exemplo, Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que no seu discurso de 7 de Abril de 1970 lembrava que "a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política". Por isso, reiterava que só no indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar "assentava a realidade da Nação. Daí que Portugal só se fortalecesse "fora e além" da Europa". Por sua vez, o deputado José

⁸ José Calvet de Magalhães, "Salazar e a Unidade Europeia", *Portugal, España Y Europa. Cien Años de Desafío (1890-1990)*, Mérida, 1991, pp. 129-145 e Maria Fernanda Rollo, "Salazar e a Construção europeia", in *Portugal e a Unificação Europeia*, org. A. Costa Pinto e Nuno S. Teixeira, Lisboa, 1998, pp. 51-76.

Pedro Pinto Leite fundamenta, com objectividade, no seu discurso de 4 de Abril de 1970, na Assembleia Nacional, que a "decadência de Portugal se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa"⁹. Enfim, posições contrastantes num debate que perdurou até aos nossos dias. Encerrado o ciclo do Império, após a guerra colonial de treze anos que, para alguns, significou um trauma nacional, Portugal continuou, todavia, a valorizar a sua ligação estreita à África, ao Brasil, ao Oriente.

A "redescoberta" da Europa

Portugueses, como sempre Europeus, levando afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu. E, tendo em conta esta asserção, pode mesmo inferir-se que o processo de integração europeia de Portugal é um fenómeno que se insere numa evolução muitas vezes interrompida mas historicamente inevitável. Mas foi a revolução de 25 de Abril de 1974 e a consequente democratização de Portugal que fizeram equacionar em outros moldes a nova participação portuguesa na Europa.

Na verdade, não foi a Revolução de Abril que nos abriu as portas à Europa. Porém, foi a revolução de 1974 e a consolidação da democracia portuguesa que criaram as condições de integração num empreendimento europeu, ou seja, num "projecto supranacional" de vocação democrática, pluralista, de tolerância ideológica, de preservação da identidade nacional.

Corria o ano de 1975 e a cena política portuguesa foi palco da objectivação do processo descolonizador. Com efeito, a inevitabilidade deste fenómeno, tendo em conta as profundas alterações operadas após a II Guerra Mundial, provocou crescentemente mutações económicas, sociais, políticas e estratégicas. Parece assim indiscutível que a descolonização, a fragilidade da economia e os agudos problemas sociais tenham pressionado a necessidade de se inteligir as urgentes transformações internas com a não menos premente revisão do posicionamento externo. Isto significa que era já irreversível o processo de uma "redifinição dos objectivos estratégicos nacionais". Dito de outra forma, estava em marcha a dinâmica de uma evolução política no sentido de privilegiar o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Deste modo, ganham sentido as palavras do

⁹ Leia-se José Manuel Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo, (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, pp. 335-456.

economista Ernâni Lopes: "a partir do cruzamento entre descolonização e adesão à CEE, Portugal iniciou um novo ciclo histórico."

Do que ficou exposto se deduz que só depois da revolução de 1974 e com o advento da democracia política se pôde pensar Portugal no projecto de construção europeia; o mesmo é dizer se equacionou em novos moldes a reconstrução do lugar e do papel de Portugal na Europa e no mundo. É que se Portugal mantivesse uma posição isolacionista confinar-se-ia, sem dúvida, a um reduto periférico da Europa Unida e da Espanha reforçada.

Parece claro que a melhoria das condições de vida dos Portugueses exigia a modernização do Estado e da sociedade na base de um sistema que salvaguardasse, por um lado, a paz, a segurança, uma mais ampla igualdade e mais equitativa justiça e, por outro lado, um mais sólido equilíbrio num projecto colectivo europeu.

Dada a importância destes objectivos era lógico defender a emancipação da sociedade civil da tutela de um Estado paternalista e fazer vencer a afirmação da cultura portuguesa na Europa e no mundo. Dir-se-á que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era ditada como um passo decisivo para "o reencontro com uma vocação histórica de abertura". Mas reencontro não significa regresso. É que Portugal não esteve nunca ausente da Europa. Deste modo, pode afirmar-se que reencontro é sinónimo de "redescoberta". Redescoberta que passava pela necessária redefinição de Portugal na Europa e no mundo, mantendo, porém, como qualquer outra nação, as suas próprias especificidades. Assim, Portugal prosseguia "o seu caminho histórico".

De facto, se na adesão à CEE não se esgotava totalmente a perspectiva do desenvolvimento português, ela foi tida como componente necessária de uma política global, profunda e coerente que se revelava de capital emergência nascida de uma nova realidade. Se, para alguns, isso significava integrar uma "Europa em crise", outros, porém, viam nela a saída para a crise portuguesa. Sem pormenorizar todas as vertentes envolvidas neste debate, interessa captar os seus efeitos nos Portugueses defensores deste impacto qualitativo e multidimensional. Houve, todavia, resistências mais activas ou mais passivas tendentes a obstar à sua concretização.

Formado o I Governo Constitucional, o seu Primeiro Ministro, Mário Soares, apresentou o pedido de adesão de Portugal à CEE e na sessão da Assembleia da República, de 18 de Março de 1977, justificou circunstanciadamente a posição assumida. "Feita a descolonização - referia - cujos reflexos no nosso viver colectivo continuam a fazer-se sentir - Portugal,

regressando às suas fronteiras europeias, reassume a sua verdadeira identidade na integração europeia, onde melhor se realçarão as nossas potencialidades nacionais, sem esquecer a vocação universalista e africana". Será útil sublinhar que o debate suscitou um considerável apoio da opinião pública, mas não deixou de mover críticas e suscitar reflexões. Ao mesmo tempo, ganhou expressão na imprensa e nos órgãos de comunicação social, mas outras correntes de opinião questionaram a integração portuguesa nas Comunidades. Não admira. A questão não era, nem foi pacífica. Por sua vez, não foi unânime a posição das forças partidárias. Para se compreender melhor esta afirmação importa sublinhar que o Partido Socialista, em 1976, anunciara já as vantagens das negociações com a CEE. Em 1977, o Partido Social Democrata apoiou publicamente o pedido imediato de adesão. Por outro lado, foi do Partido Comunista que se levantaram as vozes dissonantes ao afirmar que "a CEE não é a Europa... é apenas a pequena Europa dos Nove...". Na sua opinião, "a Europa vai do Atlântico aos Urais". O diagnóstico feito pela esquerda radical, pela UDP, por sua vez, previa a dependência portuguesa face ao imperialismo europeu. Prova-o ao reiterar que Portugal cumpriria a sua missão com um "projecto meramente nacional".

Em 28 de Março de 1977 foi apresentado o pedido formal e as negociações foram abertas oficialmente em 17 de Outubro de 1978. Contudo, foram sete anos de sucessivos esforços convergentes aos diversos níveis da vida nacional que permitiram estabelecer em Março de 1985 as grandes coordenadas do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, assinado no Mosteiro dos Jerónimos em 12 de Junho de 1985, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1986.

É certo que uma corrente favorável, e a mais numerosa, apontava numa direcção optimista. Concretamente, reconhecia-se a integração portuguesa como uma decisão segura que, para além dos seus objectivos políticos e sociais, visava a consolidação democrática do país e representava também o caminho certo para desenvolvimento económico nacional.

Entre os que a contestaram, o grupo dos ultra-nacionalistas era o promotor da ideia de que Portugal não podia subsistir sem o seu império equacionam, ainda, os efeitos da integração com a perda da sua própria independência política. Para os "terceiro-mundistas", adeptos do não alinhamento à Europa, ganhava força a estratégia tendente a fortalecer as relações com os países de expressão portuguesa, em particular com os países africanos, como solução alternativa e de "autonomia" face à integração

européia. Uma outra opinião assinalável é a dos comunistas. Na sua perspectiva, o projecto de integração significava, por um lado, o grau supremo de submissão do país ao capital estrangeiro e, por outro lado, a sobre-exploração da mão-de-obra.

Mas uma outra corrente de opinião fundamentava claramente o projecto de associação de Portugal à Comunidade Económica Europeia, consolidada, todavia, pelas relações comerciais, dispensando-se a integração do país nas outras valências da estrutura comunitária.

Seja porque a integração representava, para alguns, um passo necessário e irreversível, dada a vocação europeia de Portugal, pese embora as dificuldades dessa concretização, seja em consequência da corrente tradicionalista que defendia intransigentemente o Portugal pluricontinental e multinacional, o certo é que o debate foi sendo insistente.

Se tudo isto é o indício das transformações que iam ocorrendo, pode adiantar-se ainda que a evolução do sistema político português esteve indubitavelmente na base de variações de opinião e da evolução do tratamento da questão da integração europeia. Dito por outras palavras, o problema, já candente durante a ditadura salazarista e o governo de Marcelo Caetano, teve o seu momento maior, o seu reavivamento, após a Revolução de Abril e, assim, atraíu e dominou a atenção dos Portugueses em várias e sucessivas etapas por que passou o estabelecimento do regime democrático.

Levando em conta estas expectativas, impõe-se indagar: Será a Europa uma "fatalidade", um "mal menor", ou então, como afirmou Diogo Freitas do Amaral, será um imperativo da nossa história e da nossa cultura? Isto é, "a Europa será afinal uma plataforma da nossa identidade", como se interrogava Lucas Pires?

Seja como for, devemos relevar que a opção europeia não deixou de ser multidimensional. Por um lado, a integração portuguesa teve um cunho acentuadamente político. Parece claro que Portugal, liberto de um regime autoritário, ao inserir-se na Comunidade das Nações que há muito viviam num sistema democrático estabilizado, propiciaria o enraizamento e a consolidação da jovem democracia em construção. É um facto que a garantia da segurança e a estabilidade no sudoeste da Europa tinham também um peso assinalável. Como é lógico, a jovem democracia procurava reforçar a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos portugueses. E era com este propósito que tentava, por um lado, cimentar a liberdade económica e a liberdade sindical, corolários imprescindíveis à prática democrática. Assim, é neste contexto que se requeria a clarificação do sis-

tema económico, ainda fortemente marcado pela ideologia estatizante dos primeiros anos da Revolução de 1974, estimulado pela interpenetração com economias mais avançadas e norteadas por parâmetros modernos de rentabilidade, de eficiência e de gestão.

Por sua vez, a integração europeia de Portugal, pelas potencialidades reconhecidas, pelos meios financeiros e organizacionais que proporcionava e ainda pelo forte estímulo que suscitava, assumia um inegável desafio, muito em particular, apontava para a inadiável recuperação económica. Parece, portanto, indiscutível que nesta perspectiva a Europa era, pois, uma necessidade. Mas a construção da Europa não era, não é, tão-só, uma realidade económica. Como é evidente, ela é também uma entidade cultural. A esta luz, Portugal resolveria ainda a crise de identidade nacional decorrente da descolonização e da desagregação político-militar. Isto é, venceria a descrença em si próprio, exorcizando traumas e complexos, por certo sem real fundamento. Assim sendo, registre-se que a integração comunitária desempenhava um papel activo e fomentador a nível económico, mas revelava-se também como móbil de construção cultural, civilizacional e espiritual.

Entendia-se, desta forma, que a adesão de Portugal acentuava a sua dimensão internacional e fazia *jus* à vocação ecuménica que a história conferiu à cultura portuguesa. Do que ficou dito, pode, pois, concluir-se que a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia se explica e deve ser entendida numa quádrupla perspectiva: política, histórico-cultural, económica e social.

Dir-se-ia que a opção europeia foi assumida como projecto nacional determinante, prioritário e irreversível da política interna e externa. Mais concretamente, o desafio europeu traduzia-se na modernização de métodos, de práticas e de mentalidades¹⁰.

Os anos 80 trouxeram algumas evoluções significativas no âmbito do tema em discussão: vontade de adesão, crescente e generalizada consciência das dificuldades da concretude dessa vontade e a sentida irreversibilidade da vocação europeia de Portugal. De facto, pode afirmar-se que o tom dominante assinalava a inevitabilidade histórica da aceitação da candidatu-

¹⁰ Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Le Portugal et le nouveau défi de l' Europe", in *Europe: Fédération ou Nations*, Paris, Éditions Sedes, 1999, pp. 191-204 e "Il Portogallo in Europa (1945-1986)", in *I Movimenti per l'Unita Europea 1970-1986*, a cura di Ariane Landuyt e Daniela Preda, t. 1, Bologna, Il Mulino, 2000, pp. 363-385.

ra portuguesa por parte das Comunidades. Momento único! Se assim não fosse, talvez Portugal sofresse o drama do isolamento europeu e, até mesmo, do isolamento ibérico. O mesmo é dizer que ficaríamos, uma vez mais, e, utilizando a expressão de Salazar, "orgulhosamente sós".

Em última análise, se Portugal entrou na Comunidade Europeia e permanece hoje na União Europeia será isso, ou não, do interesse nacional? Mas se é, há que fortalecer a própria União.

A verdade é que é no quadro europeu, com as suas sucessivas metamorfoses, que se deve equacionar também o presente e o futuro de Portugal.

gious fundamentalism. But usually they overlap so there are fundamentalist nationalism as well as nationalist fundamentalism. Integrist matters affect all of them - the Christianity, the Judaism and the Islamic faith. However, exclusive nationalism affects more the Mediterranean north shore than the rest of the area.

Portugal e o novo desafio europeu - Maria Manuela Tavares Ribeiro

Since its origins, the kingdom of Portugal has kept a constant political-cultural interchange with Europe.

Attentive to international scene movement and changes, Portugal, a little and peripheral country, closed in itself during the period of the Estado Novo (1933-1974). If there was an opening to Europe for economical reasons, the truth is that Portugal didn't go along as an integrator element with the intellectual movement that laid the foundations of the European Community.

It was the revolution of the 25th of April 1974 and the subsequent Portugal's democratisation that put in other terms the new Portuguese participation in Europe. If Portuguese progress perspective didn't confine itself to the adhesion to the EEC, it was held as a necessary part of a global, deep and coherent policy emerging out of a new reality. It were seven years of successive approaching efforts at different levels of national life that allowed the establishment in March 1985 of the major co-ordinates of the adhesion treaty of Portugal to the EEC (12th June 1985). And that adhesion must be considered in a quadruple perspective: politics, historical, cultural, economical and social.

Historical inevitability of Portuguese integration and irreversibility of the Portugal's candidanship to the Communities acceptance.

Porquê falar da Europa? Porquê escrever sobre ela? Recordo as palavras de Jacques Delors num prefácio à obra *L'Europe Unie* (Paris, Gallimard, 1992): "Para que a Europa se reencontre tal como ela nos estimula para construir o seu futuro, é preciso, antes de mais, reencontrar a sua memória".

Mosaico rico, complexo, multifacetado, o tema é campo vasto de reflexões e debates, suscita inúmeras interrogações como estimula respostas diversas.

A reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial foi objecto, como bem se sabe, de um profundo debate. A Europa que se reconstrói a partir de 1945 é um novo espaço remodelado, mas também é um espaço em breve fracturado. O ideal de transformar a Europa deixou o campo do debate intelectual para se impor como uma necessidade. É o próprio Jean Monnet que define claramente essa força motriz que animava os "país da Europa", ou seja, "o poder abstracto e multiforme que se impõe a todos os homens - a necessidade". Uma necessidade que na época se alicerçava numa tripla exigência: uma exigência de paz, uma exigência económica e uma exigência de sobrevivência. No dealbar do século XXI, em tempos marcados por importantes mutações, pelos avanços da integração, pelas alterações do Leste europeu, mas também pelo euro-optimismo de uns e euro-pessimismo de outros, ganha todo o sentido, importância e oportunidade a reflexão e a análise dos historiadores. É, pois, a mudança da realidade da Europa, de uma Europa que procura modelar a sua unidade, pese embora a sua diversidade, que hoje aqui se perspectiva e analisa com os olhares distintos destes historiadores europeus. À abertura geográfica alia-se também a abertura a pontos de vista diferentes. A Europa foi precisamente o berço desta ideia distintiva: é pelo confronto de pontos de vista que se progride e é pelo confronto que se equilibram e moderam perspectivas diferentes e sensibilidades variadas. Interpretar a Europa, projectar olhares vários sobre a Europa - sobre as suas diversidades e convergências - apreender a capacidade de organização e construção da Europa - das instituições, dos poderes, dos homens - traçar os vectores da identidade europeia, visualizar as imagens e os símbolos da Europa no discurso ou na opinião pública, em suma, a leitura da Europa-utopia ou da Europa-realidade pressupõe um olhar retrospectivo, com o fim último de "reencontrar a sua memória".

ISBN 972-8535-24-5



9 789728 717247